

Lógica Dialética e *O Capital*: as formas e o conteúdo nos ciclos do capital

Dialectical logic and Das Kapital: the forms and content in the capital cycles

Rodrigo Siqueira Rodriguez¹

Juliana Teixeira Brasileiro²

Resumo

A primeira seção do Livro II de *O Capital* é um dos principais momentos em que Marx expõe de maneira mais sistemática a dialética entre **forma e conteúdo** do capital, ainda em um elevado nível de abstração. Essa exposição dialética consiste em desdobramentos da própria lógica funcional inerente a cada forma assumida e transmutada pelo capital, como o dinheiro, a mercadoria e a produção. A constituição lógica das formas assumidas pelo capital é submetida à constituição histórica desses objetos, por isso, as categorias que constituem a circulação capitalista podem ser consideradas **lógico-históricas**. Esse artigo tem como objetivo apresentar detalhadamente a exposição dialética presente na primeira seção do Livro II de *O Capital* e dissertar com base em fragmentos dessa seção sobre duas interpretações da filosofia marxiana: a apresentada por György Lukács em *Para uma ontologia do Ser Social*, que contempla uma interpretação mais abrangente da relação entre a lógica e a história, e a concepção apresentada por Chris Arthur em *The New Dialectic and Marx's Capital*, que secundariza o papel da história nas categorias.

Palavras-chave: O Capital, Nova Dialética, Lukács, lógica dialética

Abstract

The first section of *Capital's* second book is one of the main moments in which Marx exposes in a more systematic way the dialectic between capital's **form and content**, still at a high level of abstraction. This dialectical exposition consists of unfolding the functional logic inherent in each form assumed and transmuted by capital, such as money, commodity, and production. The logical constitution of the forms assumed by capital is submitted to the historical constitution of these objects, therefore, the categories that constitute the capitalist circulation can be considered **logic-historical**. This article aims to show in detail the dialectical exposition present in the first section of *Capital's* second book and discuss, based on fragments from this section, two interpretations of Marxian philosophy: the one presented by György Lukács in *The Ontology of Social Being*, which contemplates a more comprehensive (extensive, ample, wide) interpretation of the relation between logic and history and a conception presented by Chris Arthur in *The New Dialectic and Marx's Capital*, which the role of history in the categories gets a second place (is second, is in the background).

¹ Doutorando em economia no PPGE/UFF.

² Mestranda em economia no PPGE/UFF.

Keywords: Capital, New Dialectics, Lukács, dialectical logic

1. Introdução

A primeira seção do Livro II é uma ilustração singular do movimento contraditório contínuo do próprio objeto, o capital. O porquê de se dedicar ao Livro II sobre o tema, e não ao Livro I de *O Capital* é justificado em seu próprio subtítulo: o processo de circulação do capital. O movimento do capital é o tema abordado no Livro II e, para isso, Marx faz as abstrações necessárias para compreendê-lo³, e pretende elucidar como o capital enquanto totalidade assume formas que viabilizam o seu movimento.

O estudo do capital do Livro I para o estudo das formas do capital no Livro II podem indicar que as abstrações necessárias no segundo livro são “menos abstratas” que do primeiro, ou seja, que Marx está se encaminhando para as formas mais concretas do livro terceiro. Esta afirmação é verdadeira, Marx parte desde a primeira frase de *O capital* da forma mais abstrata (mercadoria) com intuito de desenvolver posteriormente seus elementos mais concretos. Entretanto, apesar dos ciclos do capital serem uma etapa necessária para avançar posteriormente na elucidação do concreto, o nível de abstração dos ciclos é muito semelhante ao do livro I, com exceção das peculiaridades abstrativas necessárias para entender o movimento sucessivo do capital e a interação entre os capitais.

Marx inicia a apresentação do movimento a partir da elucidação de diferentes óticas pela qual se pode observá-lo. O capital em movimento, ou dinâmico, está limitado por suas formas, que são apresentadas sob as categorias capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. À primeira vista, tais formas parecem tratar de uma particularização de diferentes capitais, um tipo de capital especializado em comércio de dinheiro, um em produzir e um em comercializar mercadorias. Essa concepção não condiz com o desdobramento categorial de interesse: compreender como no movimento D-M-D’ os respectivos componentes assumem a função característica de capital. Considera-se nesta seção o capital em sua totalidade, abstraído de suas concreções, como as identificadas no livro III (o capital bancário, financeiro e comercial). Sua origem e

³ “Para apreender as formas em sua pureza, é mister antes de mais nada abstrair de todos os fatores que nada têm a ver essencialmente com a mudança e a produção das formas. Suporemos, por isso, que as mercadorias se vendem pelo seu valor e que essas vendas se realizam em circunstâncias invariáveis. Demais, não levaremos em conta as variações de valor que podem ocorrer durante o processo cíclico”. (MARX, 1984, p.28)

relevância consiste no caráter social adquirido, em particular, do dinheiro, da mercadoria e da produção – na função de capital total.

O capital é o valor que se valoriza continuamente, seja em sua geração na produção ou em sua realização na circulação, devendo obrigatoriamente estar em ambos, simultaneamente, caracterizando a unidade de contrários. O conteúdo, aqui o capital, permanece em meio à mudança, independente da complexidade da concretude⁴. As formas do capital estudadas nessa seção mistificam o conteúdo, a partir de sua manifestação aparente. Essas formas não necessariamente precisam ser fenomênicas. Podem ser formas distorcidas na aparência. Ao menos no nível de abstração em que Marx se encontra, a questão não é como a forma aparece, mas sim a lógica pertinente de cada forma abstrata que o capital deve assumir. As formas cíclicas do capital, portanto, não são um mero tratamento da aparência do capital. Essa explanação se torna necessária pois não é difícil associar forma à aparência e conteúdo à essência. Se a essência é o valor, as formas do capital só podem ser formas essenciais, formas que o capital assume para efetivar sua lógica.

A própria categorização das formas por Marx corrobora esse aspecto. Os ciclos do capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital-produtivo têm em si o capital como conteúdo. Nas formas da aparência, o capital pode estar lubrifiando, aparecendo como dinheiro onde é capital-dinheiro, aparecendo como mercadoria onde é capital-mercadoria, aparecendo como produção onde é capital-produtivo. As formas aparentes do capital, portanto, são o dinheiro, a mercadoria e a produção, que ocultam suas formas essenciais, isto é, suas formas. Um termo adequado para caracterizar as formas é o termo função. Se trata da mercadoria, do dinheiro e da produção funcionando como capital. A qualidade de tais categorias exercerem uma função própria revela a presença da dialética entre o universal, quando exerce seu caráter independente do capital, daquilo em sua natureza, e o particular, quando sua função é estranhada pelo capital⁵.

⁴ “A substância, enquanto princípio ontológico da permanência na mudança, decerto perdeu seu velho sentido de antítese excludente em face do devir, mas obteve uma validade nova e mais profunda, já que o persistente é entendido como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento do complexo transforma a persistência abstrato-estática numa persistência concreta no interior do devir”. (LUKÁCS, 2012, p. 340-341)

⁵ Há um exemplo dessa questão no início do Livro II, ao tratar do dinheiro: “Nessa forma encontra-se o capital em situação em que pode realizar as funções de dinheiro como as desempenhadas no presente caso, a saber, a de meio geral de compra e a de meio geral

A crítica de Arthur (2004) estabelece que desde a primeira sentença de *O Capital*, Marx trata do capital, e não de “estágios históricos do desenvolvimento do sistema capitalista de produção” (ARTHUR, 2004, p.17). Neste aspecto, é razoável concordar com a afirmação de Arthur (2004, p.18) de que a obra de Marx trata do capital desde o começo, é o mesmo objeto, e que se segue um desenvolvimento de formas mais abstratas para formas mais concretas ao longo dos três livros. É válido afirmar, para garantir ainda mais ênfase neste aspecto, que as formas abstratas estão contidas nas formas concretas, que as formas simples estão contidas nas formas completas, e que o desenvolvimento⁶ categorial é a complexificação lógica do objeto, não mera evolução histórica.

O correto equívoco da interpretação da obra como uma evolução histórica não significa, por outro lado, estar de acordo com uma interpretação sistemática da obra, como a que Chris Arthur defende em *The New Dialectic and Marx's Capital*. Essa perspectiva, que é o argumento central de defesa do movimento conhecido como “Nova Dialética”, consiste em defender que a concepção do método de Marx como lógico-histórico é uma confusão interpretativa de Engels, que não conseguiu compreender a distinção entre a dialética da história e a dialética sistemática de Hegel (ARTHUR, 2004, p.64). Para Arthur, Marx não tem uma dialética da história, e diante disso, as passagens históricas em *O Capital* são consideradas como meras ilustrações. O movimento da “Nova Dialética”⁷ possui representantes de grande renome no marxismo, além de Arthur, como Saad-Filho (1997), Tony Smith (1999) e Brown (1999).

Diferente de Arthur, Lukács em *Para uma Ontologia do Ser Social* defende que Marx possui uma ciência universal unitária da história. A própria dialética indica tendências ontológicas da historicidade, porém a continuidade do movimento não

de pagamento. [...]. Esse poder não decorre de ser o capital-dinheiro, mas de ser dinheiro. Por outro lado, o valor-capital, na condição de dinheiro, só pode desempenhar as funções de dinheiro e mais nenhuma outra. O que faz delas funções de capital é o papel definido que possuem no movimento do capital e, por consequência, a conexão que lia o estádio em que elas aparecem com os outros estádios do ciclo do capital”. (MARX, 1984, p.31)

⁶ Ver Bonente (2016).

⁷ Para uma análise mais própria dos autores da “Nova Dialética”, recomenda-se o artigo de Mendonça (2017), apresentado nos mesmos anais deste evento. Recomenda-se também a leitura de Gontijo (2016).

consegue, sozinha, determinar sua concretude⁸. O homem, em qualquer período histórico, independente das formas sociais, procura satisfazer suas necessidades através do trabalho⁹, de natureza intencional¹⁰. O resultado, entretanto, surge de forma causal, mas sempre possui o caráter de alternativa e contém em si a possibilidade de modificar o próprio indivíduo que fez a escolha, além de modificar o mundo. É importante destacar que os homens não escolhem as circunstâncias sob as quais agem, as condições estão dadas e são produto de um desenvolvimento histórico anterior. Então, o ato singular objetivo que se apresenta como uma opção não pode ser visto separadamente de suas determinações sociais gerais, pois toda ação tem consequências posteriores, quer se tenha consciência disso ou não, quer seja intencional ou não. Toda alternativa é concreta e existe necessariamente um efeito causal no agir, que produz novas alternativas¹¹. Dessa forma, é impossível dissociar o homem de circunstâncias sociais, pois o ser humano não é somente um ser biológico, mas social, não podendo ser separado em sua totalidade.

As mudanças na sociedade se dão pela forma que os indivíduos produzem a vida, que aparece como uma relação dupla, de um lado como relação natural e de outro como relação social. Em outras palavras, a relação material entre os homens depende de suas necessidades, das trocas e da forma de produzir, que sempre mudam, isto é, depende de uma história com base no mundo material e suas condições concretas. Cada estágio da história é diferente do outro, resultado material das interações entre os indivíduos.

⁸ “A continuidade na persistência é, enquanto princípio de ser dos complexos em movimento, indício de tendências ontológicas para a historicidade como princípio do próprio ser. Todavia, a eternidade do movimento não basta para determinar a concretude específica da historicidade”. (LUKÁCS, 2012, p.344).

⁹ “Nasce assim a única lei objetiva e universal do ser social, que é tão “eterna” quanto ele, ou seja, trata-se igualmente de uma lei histórica, na medida em que nasce com o ser social, mas permanece ativa apenas enquanto ele existir. Todas as demais leis são de caráter histórico já no interior do ser social”. (LUKÁCS, 2012, p. 359)

¹⁰ O fato do homem agir intencionalmente na história leva à reflexão sobre como o homem pode fazer sua própria história de forma consciente. Medeiros (2017) aponta como isso está associado a uma postura de crítica negativa em Marx, tema de suma importância não só à teoria marxiana, mas também ao papel da luta de classes.

¹¹ “Para compreender a especificidade do ser social é preciso compreender e ter presente essa duplicidade: a simultânea dependência e independência de seus produtos e processos específicos em relação aos atos individuais que, no plano imediato, fazem com que eles surjam e prossigam” (LUKÁCS, 2012, p. 345)

“[...] se torna evidente a estrutura fundamental dos processos sociais: eles partem imediatamente de pores teleológicos, determinados de maneira alternativa, feitos por homens singulares, mas, dado o decurso causal dos pores teleológicos, estes desembocam num processo causal, contraditoriamente unitário, dos complexos sociais e de sua totalidade, e produzem conexões legais gerais. Portanto, as tendências econômico-gerais que surgem por essa via são sempre sínteses de atos individuais, realizadas pelo próprio movimento social”. (LUKÁCS, 2012, p. 355-356)

Em suma, Lukács defende que sem a análise do processo histórico é impossível apreender corretamente a lógica causal do processo evolutivo do modo de produção capitalista, assim como as categorias descritas em *O Capital* e a sociedade. O capitalismo não surgiu naturalmente, é resultado de uma condição social prévia e só pode ser plenamente compreendido ao considerar as condições materiais históricas do seu surgimento e desenvolvimento. Por isso, defende-se aqui que o capital e o ser social comparecem na obra *O Capital* desde o primeiro capítulo do Livro I até o capítulo final do Livro III. No objeto pertinente a este estudo, dedica-se à primeira seção do Livro II.

Não há como separar a dialética da história de *O Capital*, a dialética que produziu o trabalho livre, e as condições mercantis. Todas as categorias trazem em si as marcas da história, e a negligência da história refletir-se-á na negligência do próprio concreto (GONTIJO, 2016, p.222). As categorias de Marx não são eternas, são pressupostas historicamente, o que é suficiente para afastar Marx de Hegel, Ricardo, e de explicações com base em combinações lineares dos dois.

Sendo assim, é possível desde já notar que a abstração das formas essenciais são abstrações reais, como o valor. O capitalista vê na aparência do dinheiro, por exemplo, sua possibilidade como capital¹². O capital-dinheiro, tema da seção segunda, é tão real quanto o dinheiro, mesmo sendo uma abstração, é uma abstração presente no cotidiano de todo o capitalista, estando ele consciente ou não disso, tal como uma posição lógica do capital, como também como um pressuposto histórico da categoria. Na seção terceira, pertinente ao ciclo do capital produtivo, e na seção quarta, sobre o ciclo do capital-mercadoria, também serão apresentadas as questões que fundamentam a perspectiva

¹² “A própria fórmula indica que o dinheiro aqui não é despendido como dinheiro, mas apenas adiantado; é portanto capital sob a forma de dinheiro, capital-dinheiro. [...] o valor tem na figura do dinheiro sua forma autônoma, palpável de manifestação, expressa a forma de circulação D...D’, que começa e acaba realmente em dinheiro [...]” (MARX, 1984, p.58)

lógica-histórica na parte da obra de *O Capital* em que as categorias parecem se apresentar sob formas mais sistemáticas. Por fim, na seção quinta, são apresentadas considerações finais sobre o ciclo total e a relevância analítica dos pressupostos históricos nas formas do capital. A proposta do artigo, portanto, consiste em defender o denominado “lógico-histórico” em detrimento da visão de Chris Arthur, e fornecer um guia de leitura para a primeira seção do Livro II.

2. O ciclo do capital-dinheiro

O primeiro capítulo do Livro II, “O Ciclo do Capital-Dinheiro” apresenta, então, como essa forma essencial abstrata forma o seu ciclo. Por ciclo, entende-se a passagem por diversos estágios sendo que o último contém as condições para a repetição do primeiro. O ciclo do capital-dinheiro é realizado em três momentos (ou estágios). [D-M] é o momento um, [...P...] o momento dois, e [M-D] o momento três. É válido destacar que Marx apresenta os momentos seguindo uma ótica do próprio capitalista: o capitalista compra, consome produtivamente e vende. A primeira forma, o ciclo do capital-dinheiro é [D-M ...P... M'-D']. O primeiro momento desta forma, o [D-M], representa a compra de mercadorias em dinheiro, para o comprador, e, ao mesmo tempo, a venda de mercadorias em dinheiro para o vendedor. A mercadoria comprada não pode ser qualquer uma, tem que ser as peculiares que viabilizam a produção de mercadorias que contenham mais-valor. Por isso, compra-se força de trabalho e meios de produção. Quem vende força de trabalho é o trabalhador, sobre determinadas condições históricas.

A compra de força de trabalho por parte do capitalista é, do ponto de vista do trabalhador, a sua venda, e momento ímpar ao capital, é sua mudança de forma¹³. E Marx afirma a historicidade¹⁴ dessa dupla via, a partir do contrato de trabalho cuja quantidade

¹³ A compra de força de trabalho “é o fator que caracteriza a transformação do capital dinheiro em capital produtivo, por ser a condição essencial para que o valor adiantado sob a forma dinheiro se transforme realmente em capital, em valor que produz mais-valia” (IDEM, p.32)

¹⁴ “[...] considera-se a [compra de força de trabalho] característica do modo capitalista de produção. Mas não pelo fundamento apresentado, o de ser a compra da força de trabalho um contrato em que se estipula o fornecimento de quantidade de trabalho maior que a necessária para repor o preço da força de trabalho, o salário; o fornecimento, portanto, de trabalho excedente, condição básica para capitalizar o valor adiantado, ou seja, mais-valia”. (IBID., p.32)

de trabalho contém trabalho excedente. “O característico não é que a mercadoria força de trabalho seja comprável, mas sim que a força de trabalho apareça como mercadoria” (MARX, 1984, p.33). Tal “característico” nada mais é que um distintivo categorial específico do seu objeto, o capitalismo, em que a força de trabalho se dissocia dos seus meios de produção.

A categoria dinheiro também só pode ser atribuída para a compra de força de trabalho de acordo com peculiaridades históricas que não são parte de sua natureza, mas da natureza histórica das relações de classe, da dissociação entre trabalhador e os meios de produção¹⁵. Acima de ser uma categoria lógica, a força de trabalho é uma categoria lógico-histórica, e Marx afirma com clareza que a força de trabalho assalariada é uma norma socialmente dominante que pressupõe processos históricos que privaram o trabalhador da propriedade¹⁶. A força de trabalho é capital para o capitalista, mas não para o trabalhador. A atividade humana em geral é presente em qualquer momento da história (transistoricidade), não é característica específica do capitalismo, mas sim uma imanência do ser. O modo de produção capitalista, por sua vez, é uma particularidade histórica e pressupõe as condições das forças produtivas e desenvolvimento anteriores. Ou seja, é pressuposto historicamente uma determinada forma de propriedade¹⁷, para que as

¹⁵ “[...] o dinheiro como forma de existência do capital, não é por simplesmente apresentar-se o dinheiro como meio de pagamento de uma atividade humana cujo efeito é útil, de um serviço; não é, portanto, em virtude da função do dinheiro como meio de pagamento. O dinheiro só pode ser gasto sob essa forma por estar a força de trabalho dissociada de seus meios de produção (inclusive dos meios de subsistência, os meios de produção da própria força de trabalho); [...] A relação de capital apenas surge durante o processo de produção porque ela já existe no ato da circulação, nas condições econômicas diversas em que se defrontam comprador e vendedor, em sua relação de classe. Não é o dinheiro que, por sua natureza, estabelece essa relação; é antes a existência dessa relação que pode transmutar uma simples função monetária numa função de capital”. (IBID., p.34)

¹⁶ “A venda da própria força de trabalho, sob a forma de venda do próprio trabalho, ou seja, de salário, aparece não mais como fenômeno isolado, mas como norma socialmente dominante da produção de mercadorias [...]. Isto pressupõe processos históricos que dissociaram a combinação primitiva dos meios de produção com a força de trabalho; processos que levaram a massa do povo, os trabalhadores, os não proprietários a se defrontar com os não trabalhadores, os proprietários desse meio de produção”. (IBID., p.35)

¹⁷ Chris Arthur sugere, ao olhar para a temática da propriedade, posicionar a história em segundo plano: “If we leave aside the real history and concentrate on the *logic* of the

condições de trabalho virem capital. É, portanto, assumido como condição no livro II, para o movimento de compra de força de trabalho por parte do capitalista e de venda de força de trabalho por parte do trabalhador, o capitalismo já complexo, assalariado e despojador de meios de produção¹⁸.

O primeiro estágio da circulação [D-M], como apresentado, é carregado de categorias lógico-históricas. Da mercadoria peculiar que é comprada, seu duplo entendimento de compra e venda que só se realizam por conta do capital desenvolvido, sua circulação e relação com a força de trabalho. A produção (segundo estágio), efetivação da força de trabalho contratada, certamente não pode ocorrer sem o próprio desenvolvimento histórico do primeiro estágio, assim como o próprio estágio da produção, tem que estar desenvolvido, especializado e produtivo¹⁹. Esse desenvolvimento não só viabiliza o capital, como também aniquila as formas produtivas menos

developed relation of private property we see on the one hand a ‘subjective labourpower’ and on the other hand the ‘objective conditions of labour’ held by the non-worker. Retrojecting this into a supposed past we can describe it as the negation of an ‘original’ individual private property, a negation carried through on the same juridical principle of property but with an inverted content such that now wealth is accumulated at the opposite pole to labour”. (ARTHUR, 2004, p.121)

¹⁸ “É evidente que a fórmula do ciclo do capital-dinheiro, D-M...P...M’-D’ é a forma natural do ciclo do capital apenas na base da produção capitalista já desenvolvida, pois ela tem por pressuposto a existência da classe assalariada em escala social. Como vimos, a produção capitalista não produz apenas mercadorias e mais-valia, ela reproduz, em amplitude cada vez maior, a classe dos assalariados e transforma a imensa maioria dos produtores diretos em assalariados e transforma a imensa maioria dos produtores diretos em assalariados. D-M...P...M’-D’, tendo por condição primordial de seu curso a existência permanente da classe assalariada, já pressupõe por isso o capital sob a forma de capital produtivo e portando a forma do ciclo do capital produtivo” (MARX, 1984, p.37).

¹⁹ “O assalariado vive apenas da venda da força de trabalho. A manutenção desta, a conservação dele, exige consumo diário. [...] Essa situação já exige um estágio adiantado da circulação dos produtos como mercadoria, uma grande amplitude da produção de mercadorias. Quando a produção por meio de trabalho assalariado se torna geral, a produção de mercadorias tem de ser a forma geral da produção. Se ela é a forma geral, determina por sua vez uma divisão cada vez maior do trabalho social, isto é, uma especialização progressiva do produto que é produzido como mercadoria de determinado capitalista, uma dissociação cada vez mais acentuada de processos complementares que se tornam autônomos. (IDEM, p.38)

desenvolvidas²⁰. A produção é, do ponto de vista lógico, etapa dependente da circulação, pois nela se gera o valor excedente, que só na circulação se realiza. Tal etapa lógica é a própria história. A complexificação histórica da circulação viabiliza a realização da produção. “O produto, portanto, não é apenas mercadoria e sim mercadoria enriquecida de mais-valor” (Marx, 1984, p. 41), na produção se gera o excedente, que, se fosse suficiente, encerraria o ciclo do capital em [D-M...P...M’]. Entretanto, não basta gerar o excedente, o capital tem que se desprender de sua forma mercadoria. O porquê de ter que fazê-lo, uma vez que já gerou o excedente, é explicado em seu terceiro estágio.

“Sob a forma de mercadoria tem o capital de exercer função de mercadoria” (IDEM, p.41). A lógica da mercadoria é ser vendida, portanto, o capitalista as leva para a circulação, e as troca por dinheiro, concluindo o estágio final [M’-D’]. Como visto, o excedente já estava na produção, e, ao menos aqui, na circulação não se gera nenhum excedente. Trata-se de uma conversão da mercadoria em dinheiro. Essa conversão é o fim do ciclo, repõe o seu início com o dinheiro. “[...] encontra-se agora na forma em que pode iniciar novamente o mesmo processo cíclico” (IBID., p.46). O capital volta a ser dinheiro porque foi, logicamente, capital-mercadoria. E como dinheiro, serve logicamente para comprar e, portanto, repor o ciclo. A forma dinheiro encontrada ao final e da qual se parte explica a denominação “ciclo do capital dinheiro”, enquanto o que se altera do início para o fim é a magnitude de dinheiro. O dinheiro, forma da aparência, se revela capital-dinheiro, forma essencial do capital que expressa a relação do capital²¹. Ressalta-se que só é possível denominar o dinheiro como capital-dinheiro diante do ciclo, do estágio

²⁰ “As mesmas circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista, a existência de uma classe assalariada, exigem a transição de toda a produção de mercadorias para a produção capitalista de mercadorias. Esta, na medida em que se desenvolve, decompõe e dissolve as velhas formas de produção, voltadas de preferência para a subsistência imediata e que só transformam em mercadoria o excedente da produção”. (IBID., p.39)

²¹ “D não mais aparece simplesmente como dinheiro, mas se revelou capital-dinheiro, expresso em valor que se acresceu de mais-valia, possuindo portanto a propriedade de valorizar-se, de gerar mais valor que o que tem. **D se revelou capital** por sua relação com outra parte de D’, por ele determinada, gerada por ele como causa, existente como consequência dele. Assim, D’ aparece como soma de valor que em si mesma se diferencia, faz distinções funcionalmente (conceitualmente) em si mesma, exprimindo a relação de capital”. (IBID., p.48)

inicial posto o estágio final. Isoladamente, D-M e M-D' não expressam a relação do capital, portanto o dinheiro assim não assume a forma capital-dinheiro.

O ciclo do capital-dinheiro, apesar de revelar a relação do capital, possibilita a ocultação do processo que gera o valor nas mercadorias, uma vez que, ao visualizar a forma dinheiro no começo e no final, pode-se tratar de uma troca simples de mercadorias. “No dinheiro se apagam todas as diferenças das mercadorias, justamente porque ele é a forma equivalente comum delas todas” (IBID., p.49). A resolução dessa questão ocorre quando se desvela o que gera o D' (o que foi apresentado ao longo do Livro I de *O Capital*), que não é imediatamente o D, mas sim M que passou por alguma transformação para M'. A forma D...D' expressa a valorização, mas não suas causas²². Para entender o D', a valorização, deve-se entender sua forma precedente, capital-mercadoria, “quando é produto imediato de um processo de produção e não forma transmutada desse” (IBID., p.52).

O ciclo do capital dinheiro, observado isoladamente, não sugere muito que o ciclo venha a se repetir. Justamente por tal aspecto, Marx elucida muito mais a relevância do esquema D-M-D' no estudo do processo de geração do mais-valor do que no processo de acumulação no Livro I. A forma que a produção aparece oculta na circulação mercantil, é fundamental para Marx elucidar a sua essência, o valor.

Por ocultar o processo que gera o valor, o ciclo do capital-dinheiro poderia exprimir também um sistema mercantilista com produção, o que só ocorreria se fosse desconsiderada que se trata de uma forma capital, e que o valor é particular do capitalismo²³, e não de formações sociais anteriores. Evidentemente, em um sistema mercantilista, o dinheiro não funciona como capital, mas sim como mero intermediário das trocas

²² “Conforme vimos, o retorno à forma dinheiro é uma função do capital-mercadoria M', e não do capital-dinheiro. A diferença entre D e D' é apenas d, a forma dinheiro de μ , o incremento de M; D' só é igual a D + d porque M' era igual a M + μ . Essa diferença e a relação entre o valor-capital e o mais-valor por ele gerado já se encontram e se expressam em M', antes de se transformarem em D', numa soma de dinheiro em que ambas as partes do valor ficam independentes uma da outra, podendo ser aplicadas em funções autônomas e distintas”. (IBID., p.51)

²³ Ao menos considerando aqui nos termos colocados pelo Marx, o que não se aplica a um conceito genérico de valor no qual toda sociedade tem o seu próprio valor, constituído por base em sua ética.

mercantis. A advertência de Marx para essas interpretações está no pressuposto do ciclo do capital-dinheiro, que é um pressuposto histórico, como a existência do trabalhador assalariado²⁴. Cada movimento lógico, até mesmo o mais inaugural do ciclo, como a compra, já supõe a classe trabalhadora assalariada, seu resultado histórico.

Diante da imperatividade dos pressupostos históricos, fica difícil conceber à lógica dialética um caráter puramente sistemático, ainda que a sistematização tenha papel importante. A grande questão de Marx ao conceber os pressupostos das formas do capital é as relações que dela emergem: o capital funcionando como mercadoria é expressão de uma relação social real, e disso Lukács (2012) já havia contraposto a leitura sistemática da obra de Marx, referindo-se à importância dos aspectos da interpretação da realidade, que garantiam a Marx um “senso verdadeiramente ontológico”²⁵.

O “senso verdadeiramente ontológico” do qual Lukács faz referência são os aspectos intrínsecos da realidade concreta, uma vez que o capital está assumindo formas de mercadoria, dinheiro e produção. A abstração mental do capitalista ao enxergar no dinheiro e em suas mercadorias forma viva do capital é uma forma tão concreta e tão real

²⁴ “todo esse ciclo tem por pressuposto o caráter capitalista do processo de produção e conseqüentemente por base esse processo de produção e o sistema social específico que lhe corresponde. [...] D-F supõe a existência do trabalhador assalariado, por conseguinte, os meios de produção como parte do capital produtivo, e já como função do capital o processo de trabalho e de produzir mais-valor, o processo de produção. [...] O ciclo do capital-dinheiro é forma geral do ciclo do capital industrial quando se pressupõe um modo de produção capitalista, isto é, dentro de um sistema social determinado pela produção capitalista”. (MARX, 1984, p.62-63).

²⁵ Uma hierarquia sistemática, todavia, não é somente algo dado de uma vez por todas. Para sistematizar as categorias numa conexão definitiva, ela deve também – por vezes ao preço de empobrecê-las e violentá-las em seu conteúdo – torná-las homogêneas, reduzi-las ao máximo a uma dimensão única das conexões. Os pensadores que possuem um senso verdadeiramente ontológico para a riqueza e a variedade da estrutura dinâmica da realidade concentrarão seu interesse, ao contrário, precisamente nos tipos de relação que não podem ser encaixados de maneira adequada num sistema. Mas aqui se vê como tal repúdio da sistematização tem um caráter oposto ao do empirismo igualmente antissistemático [...] as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade ‘formas de ser, determinações da existência’, elementos estruturais de complexos relativamente totais. (LUKÁCS, 2012, p. 296)

quanto a própria materialidade da mercadoria, considerando também a capacidade de mobilizar a prática humana dessa abstração.

Concebendo isso, o ciclo nos permite compreender que a circulação D-M e M-D é mediada por uma produção, produção essa que gera o valor, a metamorfose real do capital. É sendo capital-produtivo que o capital manifesta o cerne da lógica expansiva, no valor e mais-valor, enquanto as formas capital-dinheiro e capital-mercadoria são formas necessárias do capital para a continuidade do ciclo do capital. Marx (ibid., p.53) nomeia de capital industrial o capital que passa por todas essas três formas, sendo industrial por se referir a todo e qualquer ramo de produção. O ciclo do capital-dinheiro, utilizado ao longo do Livro I, revela com clareza os aspectos do ciclo do capital necessários para entender a expansão do valor e a necessidade de compra e venda de mercadorias. Entretanto, o fato de caracterizar bem o fenômeno não significa que o capital-dinheiro seja a forma última de analisar o capital. Muito pelo contrário, no ciclo do capital-dinheiro, o pressuposto é a existência do dinheiro na forma de capital. Assumir tal pressuposto lógico-histórico do capital evita interpretações sobre uma interpretação puramente lógica do ciclo do dinheiro, pois no ciclo do capital-dinheiro é possível capturar a “essência” do processo, que seria a lógica de expansão do dinheiro (Livro I, capítulo III). É razoável descartar tais posições que se refletem em puros desdobramentos lógicos ao assumir, como apresentado ao longo desta seção e sempre se referindo às passagens do próprio Marx, que cada argumento lógico condicionado historicamente, e mais, são as formas do objeto e o próprio objeto que constroem tal argumento lógico.

Do entendimento de dinheiro no Livro I, capítulo III de *O Capital*, para o capital na forma dinheiro cumprindo o seu ciclo, faz-se evidente que no movimento D-M-D' não é vazio, não é dinheiro que compra mercadoria, que é vendida e gera mais-dinheiro. É desde o começo capital na forma dinheiro, pressuposto o caráter capitalista do processo de produção, inclusive as condições de compra e venda de força de trabalho (Livro I, capítulo IV), que nada mais são que os pressupostos históricos do objeto. Por ser capital desde o início do processo, o capital não está fora dele, como figura etérea.

A forma de manifestação contém capital porque existe como relação de capital: O D inicial nada mais é que a expressão da forma de adiantamento de capital e o D' a expressão do capital valorizado. Diante disso, a temática do estranhamento é inevitável: À categoria universal do dinheiro se submete à lógica particular da categoria capital-

dinheiro. Capital-dinheiro é expressão do capital, é negação do próprio dinheiro, ainda que dependa completamente da natureza do dinheiro e suas funções.

3. O ciclo do capital produtivo

O ciclo do capital-dinheiro permite notar como o capital se corporifica na forma de capital adiantado e capital valorizado. O ciclo do capital produtivo, em si, apreende do dinheiro o mero papel de intermediário, mas revela outras características não contempladas pelo ciclo do capital-dinheiro da produção. O ciclo do capital produtivo é um sistema de reprodução de produção, portanto a lógica subjacente ao ciclo é produzir e reproduzir. A reprodução enquanto processo contínuo pode se apresentar tanto enquanto reprodução simples quanto em reprodução ampliada.

Em produzir para produzir, oculta-se o processo de valorização. A questão que emerge é como recompor as condições para produzir novamente. Nele, o dinheiro mediador aparece como gasto para produzir, uma situação temporária que, se não ocorre, interrompe o movimento²⁶. A “economia vulgar” compreende o processo capitalista de tal forma, como um processo de produção em que se trocam valores de uso – sem nenhuma atribuição do processo de valorização característico do capitalismo²⁷.

A contraposição entre processo de produção e processo de valorização, que a economia vulgar não atribui, é um dos exercícios da dialética entre o universal e o particular que Marx atribui ao longo do Livro I. O particular do capitalismo é que a forma mercadoria do processo de produção é capital-mercadoria, em outros termos, o processo de produção é voltado para o enriquecimento, para o crescimento do mais-valor. Essa própria oposição é notada na objetividade dos dois processos, o processo de produção tem como objetivo produzir valores de uso, enquanto o processo capitalista, tem como objetivo a constante geração de mais-valor. A unidade dialética que se forma é

²⁶ Marx, 1984, p.66.

²⁷ “[...] fica fácil, como o faz a economia vulgar, conceber o processo de produção capitalista como simples produção de mercadorias, de valores de uso destinados a consumo de qualquer espécie, produzidos pelo capitalista para substituí-los ou trocá-los por mercadorias com outro valor de uso, o que constitui um postulado falso”. (IDEM, p.69)

historicamente condicionada ao capitalismo, mas carrega consigo um fundamento geral da produção, independente do contexto histórico.

Marx transita entre o universal (geral) e o particular ao longo de toda a primeira seção do capítulo 2, em uma exposição dialética do movimento cíclico do capital, contrapondo sua exposição com a perspectiva vulgar, que não contempla as particularidades do ciclo do capital²⁸. Ainda que seja possível apreender no Livro I essa distinção, as formas do capital permitem patentear as diferenças entre a economia política e sua crítica. A mercadoria, o dinheiro e a produção enquanto função do capital não podem existir na economia política clássica pois enquanto vulgarizadores do capitalismo, traduzem as relações mercantis em suas funções naturais, limitadas à troca e produção de bens.

A dialética enquanto movimento da história é fundamental para conceber tal distinção. Enquanto os economistas buscam um enquadramento da natureza humana aos fatos do capitalismo, Marx revela como o processo capitalista modifica as relações humanas essenciais, como a essência do Ser é subvertida, transfigurada a partir da atuação do capital. A principal subversão é a do trabalho²⁹, atividade que deveria ter como finalidade libertar o homem, mas que se torna a sua penitência no capital.

²⁸ “Na circulação geral, M' , fio por exemplo, funciona apenas como mercadoria; mas, como fator da circulação do capital opera como *capital-mercadoria*, figura que o valor-capital alternativamente assume e abandona. Após ser vendido ao comerciante, desliga-se o fio do processo cíclico do capital do qual é o produto, mas como mercadoria continua a mover-se no âmbito geral”. (IBID., p. 70)

“O ciclo do capital pode ser visto, portanto, como parte da circulação geral e como criador de elos de um ciclo autônomo. A relação entre esses dois aspectos evidencia-se, ainda, quando observamos a circulação de $D' = D + d$. D , como capital-dinheiro prossegue o ciclo do capital e d , como renda despendida ($d-\mu$), entra na circulação geral, saindo do ciclo do capital. Só participa desse ciclo a parte que funciona como capital adicional. [...] A economia vulgar cretinamente considera como ciclo característico do capital essa circulação que não entra no ciclo do capital, isto é, da parte do valor produzido que é consumida como renda”. (IBID., p.70)

²⁹ Vale a pena reforçar que mesmo o trabalho sendo a principal subversão, isso não significa a defesa de uma teoria sobre o fim do trabalho. Para aprofundamento nesta temática, recomenda-se a leitura de Carcanholo e Medeiros (2012).

O ciclo do capital produtivo seguindo o movimento geral da produção capitalista, a escala ampliada, compreende a produção em outra funcionalidade, a função de capitalizar o mais-valor. O processo de produção e geração de valor de uso³⁰, ao ser confrontado com o processo de valorização e geração de valor, modifica a funcionalidade da produção no capital enquanto totalidade. A produção se corporifica como capital-produtivo, e está diretamente associada ao mais-valor e indissociável do processo de acumulação³¹.

O capital-produtivo e a produção se confrontam, então, enquanto particular e geral. O capital-produtivo, no entanto, não nega por completo a produção, pelo contrário, necessita dos elementos em comum para produzir como em qualquer outro momento histórico – as condições materiais de produção e a força de trabalho³². Em outros termos, a funcionalidade da produção para o capital não elimina seu aspecto de produção em geral, ainda que se objetive o mais-valor.

Marx contrapõe toda e qualquer interpretação da produção capitalista da economia política clássica sob tal aspecto. Enquanto os economistas partem do processo de produção para compreender sua forma no capitalismo, Marx revela como o próprio capital transmuta a produção³³. Expõe como a produção se torna funcionalidade do capital, é

³⁰ É comum encontrar em trabalhos sobre Marx uma negligência da categoria valor de uso. Recomenda-se a leitura de Carcanholo (1998) para esclarecimentos maiores sobre a categoria.

³¹ “Em P...P’, P’ expressa não a produção de mais-valia e sim a capitalização de mais-valia produzida, a acumulação de capital portanto, consistindo por isso P’, em relação a P, do valor-capital primitivo acrescido do valor do capital que, em virtude de seu movimento, se acumulou”. (MARX, 1984, p.81)

³² “Do mesmo modo, o capital industrial, na forma de capital produtivo, consiste dos mesmos elementos de qualquer outro processo de trabalho que crie produtos: de um lado, condições materiais de trabalho, meios de produção; do outro, força de trabalho que opera produtiva e adequadamente. Na esfera da produção, o capital industrial só pode existir na composição corresponde ao processo de produção não capitalista”. (IDEM, p.82)

³³ “Tanto é falso derivar as qualidades e funções específicas que caracterizam dinheiro como dinheiro e a mercadoria como mercadoria, de seu caráter de capital, quanto deduzir as qualidades do capital produtivo de seu modo de existência em meios de produção”. (MARX, 1984, p.82)

forma para o capital, atua na capitalização do mais-valor, um ato lógico para a geração de mais-valor.

4. O ciclo do capital-mercadoria

O capital-mercadoria só pode se remeter, no livro II, ao capital incorporado na forma de mercadoria, o capital enquanto entidade total e abstrata, que perfaz na forma uma etapa de sua lógica de expansão de valor. Reforça-se aqui o papel da totalidade e dessa forma de abstração real em detrimento da posição sistemática da obra. Lukács (2012) já oferecia uma crítica à interpretação sistemática em sua época³⁴, mas deve-se ressaltar que isso não significa que Marx não se utilizava da sistematização hegeliana. Nesta seção do Livro II, se evidencia que a sistematização está presente, mas as características do objeto predominam em qualquer sistema. No caso do capital-mercadoria, a disfuncionalidade da mercadoria enquanto mercadoria faz com que se torne capital, mais uma vez um aspecto próprio da realidade objetiva do capitalismo.

O ciclo do capital-mercadoria apresenta uma forma já conhecida ao longo do livro Primeiro, o M-D-M. Essa forma oculta, em certa medida, a produção do ciclo. Ao tomar a mercadoria como ponto de partida, assume-se que a mercadoria já foi produzida. A origem da produção se coloca como uma interrogação. Por isso, Marx destaca que o capital-mercadoria é sempre duas coisas: enquanto valor de uso, resultado de produção,

³⁴ “A crítica de sistema que temos em mente, e que encontramos conscientemente explicitada em Marx, parte, ao contrário, da totalidade do ser na investigação das próprias conexões, e busca apreendê-las em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau máximo de aproximação possível. A totalidade não é, nesse caso, um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução ideal do realmente existente; as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade “formas de ser, determinações da existência”, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo. Diante do conhecimento adequado de tais complexos, a lógica perde seu papel de condução filosófica; torna-se, enquanto instrumento para captar a legalidade de formações ideais puras e portanto homogêneas, uma ciência particular como qualquer outra”. (LUKÁCS, 2012, p.297)

e enquanto valor, é valor-capital já acrescido de mais-valor agregado ao longo do processo de produção³⁵.

O fator distintivo do ciclo do capital-mercadoria é, portanto, ter o valor-capital acrescido como início do ciclo, e não um momento em que ainda virá a crescer o valor-capital. Mas, ao observar no ciclo mediado por mercadorias somente seus atributos gerais, isto é, uma mera circulação de mercadorias, a mercadoria perde seu nexos com a produção. A origem da mercadoria, nesta forma geral, tampouco importa – só é possível apreender que se compram e se vendem mercadorias. Novamente se contrastam particular e geral, as formas capital exercem funções gerais no ciclo, de compra e venda, apesar de sua objetividade ser o mais-valor.

O papel relativamente secundário que a produção apresenta nesse ciclo pode ser útil para compreender as relações entre capitais individuais. Como todo movimento M-D em um capital individual é também um movimento D-M em outro, torna-se possível efetuar a composição do capital global, a distribuição e o entrosamento entre os capitais individuais³⁶. O ciclo do capital-mercadoria é, portanto, o melhor dentre os três para se compreender o capital global, ainda que oculte parte essencial da reprodução capitalista, a produção. Marx utiliza o ciclo do capital-mercadoria para analisar a reprodução do capital global na seção 3 do Livro II.

5. Considerações Finais

³⁵ “Por isso, M’ nunca pode iniciar um ciclo como simples M, como simples forma mercadoria do valor-capital. Como capital-mercadoria é sempre duas coisas. Do ponto de vista do valor de uso, é o produto da função de P, fio, cujos elementos originários da circulação como mercadorias, F e Mp, funcionaram apenas como fatores desse produto. Do ponto de vista do valor, é o valor-capital P acrescido da mais-valia produzida durante o funcionamento de P”. (IDEM, p.90)

³⁶ “O ciclo M’...M” supõe, em seu próprio decurso, outro capital industrial sob a forma M (=F +Mp, e Mp em nosso caso abrange diversos outros capitais, por exemplo, máquinas, carvão, óleo, etc.). Justamente por isso, convém considera-lo: forma *geral* do ciclo, isto é, forma social sob a qual pode ser observado cada capital industrial isolado (exceto em seu primeiro emprego), forma de movimento, portanto comum a todos os capitais industriais individuais, e, além disso, forma de movimento da soma dos capitais individuais, por conseguinte do capital global da classe capitalista. Nesse movimento global, o de cada capital industrial individual, aparece como movimento parcial que se entrosa com outros movimentos, sendo por ele condicionado”. (IBID., p.98)

Após a exposição de cada ciclo e das formas do capital, Marx resgata os desdobramentos encontrados em cada ciclo para comparar os três. O primeiro aspecto identificado é a contradição entre circulação e produção. A produção é interrupção da circulação e vice-versa, uma depende logicamente da outra para a continuidade do movimento do Capital. De qualquer forma, o que mobiliza todos os três ciclos é a acumulação: quando um ciclo se renova, repete os outros dois ciclos também. Essa unidade formada pela continuidade dos ciclos se denomina ciclo total, trata-se do ciclo da reprodução do capital. Diante da contradição entre produção e circulação, o ciclo do capital total é, portanto, a mudança contínua entre os estágios da produção e circulação; é a constante mudança entre as formas de capital³⁷.

O movimento de acumulação, ainda que seja apreendido das três formas, é distintivo no ciclo do capital-dinheiro. Este é o ciclo mais empregado ao longo do Livro I para apresentar o processo de produção capitalista, devido à facilidade de apreender a origem do mais-valor no movimento D-M-D'. Entretanto, esse ciclo não é suficiente para elucidar a continuidade do movimento após a realização do valor, isto é, a repetição do ciclo. Os ciclos do capital produtivo e capital-mercadoria revelam uma necessária repetição do ciclo, o que indica o caráter contínuo da reprodução capitalista – por isso, o movimento é compreendido na unidade dos três ciclos³⁸. Isto é, nenhum ciclo existe de maneira isolada. A separação tem finalidade apenas analítica.

A primeira seção do Livro II é, antes de qualquer outro aspecto a ser ressaltado, uma exposição da dialética inerente ao objeto da vida de Marx, o capital. Ao expor as formas do capital, Marx revela como essas formas são condicionadas historicamente, por isso são formas particulares. Mostra também como essas formas particulares do capitalismo contrastam com as categorias universais do dinheiro, da mercadoria e da

³⁷ “O processo cíclico do capital é interrupção contínua, abandono de um estágio para entrar no próximo; rejeição de uma forma, passando a existir noutra; cada um desses estádios é condição do outro e ao mesmo tempo o exclui”. (IBID., p.104)

³⁸ “Só na unidade dos três ciclos se realiza a continuidade do processo global em lugar da interrupção que supuséramos anteriormente. O capital global da sociedade possui sempre essa continuidade e seu processo possui sempre a unidade dos três ciclos. [...] é movimento, processo com diferentes estádios, o qual abrange três formas diferentes de processo cíclico. Só pode ser apreendido como movimento e não como algo estático”. (IBID., p.106)

produção. Apresenta como o capital se utiliza de cada uma dessas categorias universais em favor da sua lógica, tornam-se manifestação do capital.

Um olhar mais amplo sobre essa seção permite contrapor a objetividade do capital e a objetividade universal das coisas. Trata-se da oposição entre valor e valor de uso, processo de valorização e processo de produção, que aqui aparecem como a oposição entre a funcionalidade capitalista dos objetos da economia e sua funcionalidade universal.

A economia política clássica indubitavelmente se prendeu (e ainda se prende, na economia neoclássica) às funções do dinheiro, da mercadoria e da produção em suas funções mais gerais. A mutação capitalista sobre as categorias é irreconhecível, ainda que assim seja posta a realidade, e tais categorias são, na melhor das hipóteses, utilizadas à serviço das pretenciosas leis econômicas do equilíbrio.

A Nova Dialética, ao reconhecer o problema da leitura historicista de Marx, acaba por facultar um movimento oposto, uma concepção completamente ilustrativa da história. Mostrou-se aqui como os pressupostos históricos são fundamentais não só para a compreensão das categorias, mas para sua existência efetiva, seja particular do capitalismo ou de caráter geral do ser social. Este artigo e guia de leitura tenta elucidar estes aspectos, ainda que não consiga abranger a totalidade da obra, nem os principais pontos de sustentação da Nova Dialética, como os manuscritos da MEGA-2. Por isso, este trabalho não tem intuito de demarcar uma definição ao debate, pelo contrário, fomentá-lo ainda mais a partir da leitura do Livro II, um livro usualmente deixado em segundo plano pelas mais diversas interpretações marxistas.

Por outro lado, deve-se reconhecer também que seria impossível tornar a Nova Dialética um pensamento insustentável, uma vez que as evidências do uso da dialética sistemática de Hegel por Marx são diversas. Ainda que assim o faça, diferentemente de Marx, Hegel colocava “o chapéu na cabeça”, em sistemas ideais, enquanto Marx tinha uma clara relação de subordinação com a realidade objetiva.

Se há alguma dúvida a respeito do Livro I que o emprego da dialética hegeliana do universal e particular formam o nexos que contrasta o capital e o Ser, isto é, que o capital e o ser social comparecem desde o primeiro capítulo até o final. A primeira seção do Livro II, um dos momentos em que a lógica se apresenta de forma mais sistematizada, evidencia os pressupostos históricos nas mudanças de objetividade ocasionadas pelo

capital nas próprias categorias: mercadoria, dinheiro e produção tem como finalidade a ilimitada geração de mais-valor.

Referências

- ARTHUR, Christopher J. **The New Dialectic and Marx's Capital**. Brill, 2004.
- BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Eduff, 2016.
- BROWN, Andrew. Developing realistic methodology: how new dialectics surpasses the critical realist method for social science. **Economics Discussion Paper**, n. 66, 1999.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. **Pesquisa & Debate**, v. 9, n. 2 (14), 1998.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; MEDEIROS, João Leonardo. Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho. **Revista Outubro**, n. 20, 2012.
- GONTIJO, Cláudio. A dialética do método da economia política na introdução aos Grundrisse. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 209-246, 2016.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo, Boitempo, 2012.
- _____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital: a crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEDEIROS, João Leonardo. Marx y la crítica de la economía política: la negación como fundamento de la crítica. **Revista Herramienta**, 2017.
- MENDONÇA, Edson. A “metafísica da Economia Política”: aproximações sobre a natureza das categorias econômicas e do método da crítica da economia política de Marx. **Marx e o Marxismo 2017**, 2017.
- SAAD FILHO, Alfredo. Re-reading both Hegel and Marx: The New Dialectics and the Method of Capital . **Revista de Economia Política-Brazilian Journal of Political Economy**, v. 17, p. 107-120, 1997.
- SMITH, Tony. The relevance of systematic dialectics to Marxian thought: a reply to Rosenthal. **Historical Materialism**, v. 4, n. 1, p. 215-240, 1999.